

Demonstrações Financeiras

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Relatório de Administração

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhores Acionistas,

A Administração do Aeroportos do Sudeste do Brasil S/A (“Concessionária”, “ASeB” ou “Companhia”), Concessionária para operação dos Aeroportos de Vitória e Macaé, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, e auditadas por auditores independentes. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores. As informações estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado e contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

1. Perfil Institucional

A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para expansão, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária do aeroporto de Vitória que está localizado na avenida Roza Helena Schorling Albuquerque, 856, Aeroporto, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo e do aeroporto de Macaé que está localizado na rua Punta Del Este, 24, sala 01, Cavaleiros, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, pelo período correspondente a 30 anos a contar da data de eficácia, dia 03 de outubro de 2019.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia pertence à Flughafen Zürich AG companhia que opera o aeroporto Internacional de Zurich na Suíça. O Grupo Zurich Airport está atualmente envolvido na operação de 09 (nove) aeroportos em todo o mundo. Além do aeroporto de Zurique, a empresa concentra investimentos na América Latina, onde atua nos aeroportos de Bogotá, Curaçao, Florianópolis, Vitória, Macaé, Belo Horizonte, e nos aeroportos de Iquique e Antofagasta, no Chile. Em 2019, a Companhia também ganhou a concessão para construir e operar o segundo aeroporto de Nova Delhi, na Índia.

Com a missão de desenvolver negócios, pessoas e as cidades onde atuam, a Zurich Airport Brasil, formada pelos aeroportos de Florianópolis, Vitória e Macaé, procura oferecer um novo patamar de qualidade e gerar experiências incríveis para passageiros e visitantes.

Nossa visão é construir juntos os mais admirados, eficientes e surpreendentes aeroportos do Brasil, criando um excelente negócio ao acionista.

3. Destaques 2021

- A pandemia do COVID-19 e as medidas restritivas impostas na tentativa de diminuir o avanço dos casos da doença, impactaram significativamente as operações da ASeB, desde março de 2020. Esse cenário afetou as receitas da Companhia, não só no que diz respeito às receitas tarifárias, como também as não tarifárias.

O ano de 2021 também foi afetado pela pandemia, especialmente pela segunda onda, que voltou a interferir no número de passageiros que circulam no terminal.

Apesar da turbulência, nossa Companhia se preparou para 2021 e por isso atravessou a segunda onda da pandemia com um pouco mais de tranquilidade.

Foi movimentado 1.988 milhões de passageiros em 2021 em Vitória, e mesmo com um aumento de 33%, comparado com 2020, porém, ainda não atingimos o número de passageiros pré pandemia.

- Diante do cenário do COVID-19 e seus impactos no exercício de 2020 e 2021 a Companhia entrou junto a ANAC com o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão nº. 003/ANAC/2019 – Sudeste para o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro dos prejuízos causados pela pandemia do COVID-19 do período entre março e dezembro de 2020. Uma compensação de R\$ 39.686 referente ao ano de 2020 foi reconhecida pela ANAC e aguarda sua aprovação formal.
- Em 2021 a ASeB atingiu R\$ 30.742 de EBITDA, que representa uma margem de 38% sobre a Receita Operacional Líquida da Companhia (tarifária e não tarifária), R\$ 411, 0,7% em 2020.
- O cronograma aprovado pela ANAC, por meio do Ofício nº 5/2021/GTIS/SRA-ANAC em 11 de janeiro de 2021 com a proposta de datas e execução do projeto de ampliação do aeroporto de Macaé foi cumprido durante o decorrer de 2021.

No segundo semestre de 2021 a Companhia iniciou o processo de contratação para as obras de ampliação e construção do aeroporto de Macaé/RJ. Em dezembro foi iniciada a equalização técnica das propostas apresentadas. No primeiro trimestre de 2022 será contratada a construtora responsável pela obra e previsão de início das obras. Ao decorrer do mesmo ano, será executado cronograma de obras e demais itens pertinentes à implantação das adequações regulatórias necessárias. A previsão de entrega segue o cronograma do contrato de concessão, com previsão de entregas iniciais em 2023.

- A Companhia encerrou o exercício de 2021 com um quadro de 69 colaboradores, frente aos 108 de 2020. Além da adequação do número de funcionários em função da redução de passageiros, a Companhia passou por uma reestruturação. Em janeiro de 2021 iniciou-se a sinergia com a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis, administradora do aeroporto de Florianópolis, e que tem o mesmo controle acionário da Aeroportos do Sudeste do Brasil.
- O Aeroporto de Macaé conquistou, por meio da operadora Costa do Sol, mais um lote de voos da Petrobrás, aumentando ainda mais a frota e frequência diária das nossas operações. Os voos, que aconteciam antes no Aeroporto de Farol de São Tomé, irão incrementar cerca de dez movimentos diários no segundo semestre de 2022.
- Em dezembro de 2021 foi lançado o Offshore Services, no Aeroporto de Macaé, que traz soluções completas e customizadas para atender as operações voltadas ao setor de óleo, gás e energia. Temos o primeiro aeroporto do Brasil a oferecer um pacote de soluções personalizadas, ampliando o atendimento também para serviços do lado ar do aeroporto.
- Foi concluída com sucesso, em dezembro de 2021, uma das etapas do período de concessão de um aeroporto é a entrega da chamada Fase 1B.
- O Grupo Zurich Airport Brasil foi reconhecido pela consultoria global Great Place to Work como uma ótima Companhia para se trabalhar.

4. Perspectivas para 2022

- Retomada do patamar de passageiros pré pandemia;
- A Zurich Airport Brasil continuará a desenvolver seus negócios comerciais em 2022. Isso para oferecer aos passageiros e visitantes uma experiência de compras mais ampla e reduzir a dependência da Companhia em relação às Companhias aéreas.
- Além da oferta comercial, o foco é aumentar o número de serviços no aeroporto.
- Iniciar a obra de ampliação do aeroporto de Macaé.
- Desenvolvimento de novos negócios no Real Estate. Em 2021 assinamos contrato com a Assai Atacadista e um posto de gasolina, garantindo desenvolvimento imobiliário em Vitória.

5. Auditores Independentes

As demonstrações financeiras aqui representadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Demonstração do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.
Florianópolis (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau, 01 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SC-000048/F



Fabiano Agostini
Contador CRC- SC-029999/O-8

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	34.385	20.465
Contas a receber	6	14.013	10.763
Tributos a recuperar	7	1.520	1.726
Despesas antecipadas	8	1.399	1.204
Outros créditos	9	355	33
Total do ativo circulante		51.672	34.191
Não circulante			
Tributos diferidos	23	-	3.214
Despesas antecipadas	8	10	21
Imobilizado	10	594	481
Intangível	11	550.991	541.312
Total do ativo não circulante		551.595	545.028
Total do ativo		603.267	579.219

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Repasses e taxas aeroportuárias	12.a	17	5
Fornecedores	13	8.727	4.981
Empréstimos e financiamentos	14	110	7.860
Obrigações sociais e trabalhistas	15	1.071	2.305
Tributos a recolher	16	3.207	1.801
Partes relacionadas	17	667	533
Dividendos a pagar	19	1.516	-
Outros passivos	18	1.910	476
Total do passivo circulante		<u>17.225</u>	<u>17.961</u>
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	23	1.051	-
Empréstimos e financiamentos	14	9.122	-
Total do passivo não circulante		<u>10.173</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social		571.001	571.001
Reservas legal		319	-
Lucro (prejuízo) acumulado		4.549	(9.743)
Total do patrimônio líquido		<u>575.869</u>	<u>561.258</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>603.267</u></u>	<u><u>579.219</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	90.248	64.913
Custo dos serviços prestados	21	(54.474)	(54.185)
Lucro bruto		35.774	10.728
Despesas gerais e administrativas	21	(12.210)	(12.545)
Despesas comerciais	21	1.104	(5.259)
Outras receitas/despesas operacionais	21	(480)	95
Lucro (prejuízo) operacional		24.188	(6.981)
Receitas financeiras	22	1.430	630
Despesas financeiras	22	(414)	(293)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		25.204	(6.644)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(4.812)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(4.265)	2.135
Lucro (prejuízo) do exercício	25	16.127	(4.509)
Lucro (prejuízo) básico diluído por ação (em R\$)		0,03	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	16.127	(4.509)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>16.127</u>	<u>(4.509)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>				Lucro/ prejuízo acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	593.909	(22.908)	-	-	(5.234)	565.767
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.509)	(4.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	593.909	(22.908)	-	-	(9.743)	561.258
Lucro do exercício	-	-	-	-	16.127	16.127
Reserva legal	-	-	319	-	(319)	-
Reserva de lucro	-	-	-	4.549	(4.549)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(1.516)	(1.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	593.909	(22.908)	319	4.549	-	575.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	25.204	(6.644)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	6.553	7.384
Baixa de ativo imobilizado e intangível	718	11.353
Provisão para devedores duvidosos	(3.005)	4.950
Juros e atualizações de empréstimos	808	171
Custo de transação empréstimos	(75)	-
Atualização monetária empréstimos	1.433	265
	31.636	17.479
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber	(245)	(15.413)
Tributos a recuperar	3.420	(338)
Despesas antecipadas	(184)	(471)
Outros créditos	(322)	98
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	3.758	3.664
Partes relacionadas	134	226
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.234)	1.611
Tributos a recolher	(1.808)	1.472
Outros passivos	1.434	(66)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.812)	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	31.777	8.262
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de ativo imobilizado	(260)	(7)
Adição de ativo intangível	(16.803)	(17.229)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(17.063)	(17.236)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	7.498
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(794)	(74)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(794)	7.424
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	20.465	22.015
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	34.385	20.465
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	13.920	(1.550)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
1. Receitas	103.960	68.365
Receitas de serviços e cessão de espaço	92.341	67.770
Receita de linearização de contratos - IFRS 16	544	2.390
Receita relativa à construção de ativos próprios	8.965	3.061
Devoluções e cancelamentos	(415)	(1)
Outras receitas	(480)	95
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	3.005	(4.950)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(46.792)	(42.535)
Custo dos serviços prestados	(28.997)	(31.298)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.929)	(7.867)
Despesas com vendas	(1.901)	(309)
Custos de Construção	(8.965)	(3.061)
3. Valor adicionado bruto (1;2)	57.168	25.830
4. Depreciação/amortização	(6.553)	(7.392)
5. Valor adicionado líquido (3;4)	50.615	18.438
6. Valor adicionado recebido em transferência	1.430	630
Receitas financeiras	1.430	630
7. Valor adicionado para distribuição (5;6)	52.045	19.068
8. Distribuição do valor adicionado	52.045	19.068
Pessoal	13.085	14.772
Remuneração direta	9.958	11.871
Benefícios	2.427	2.196
Encargos	700	705
Impostos, taxas e contribuições	22.419	8.512
Federais e municipais	22.419	8.512
Remuneração de capitais de terceiros	414	293
Despesas financeiras	414	293
Remuneração de capitais próprios	16.127	(4.509)
Lucro (prejuízo) do exercício	16.127	(4.509)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima e tem como objeto a prestação de serviços públicos para a expansão, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária, localizado na Av Roza Helena Schorling Albuquerque, 856, Aeroporto, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. A Concessionária é controlada 100% pela Zurich Airport Latin America Ltda.

A Concessionária foi constituída para a operação dos terminais aeroportuários de Vitória e Macaé, após a Zurich Airport Latina América Ltda. vencer o leilão do Bloco Sudeste. O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão dos Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. no dia 05 de setembro de 2019 pelo período correspondente a 30 anos, para operação e administração dos aeroportos de Vitória e Macaé.

A concessão se dará no prazo de 30 anos, contados da data de eficácia, dia 03 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada por mais 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Esse contrato prevê que a Concessionária realize pagamentos de contribuições variáveis a partir do 5º (quinto) ano da concessão. A contribuição fixa inicial, decorrente da oferta realizada no Leilão, corresponde a R\$440.943 (quatrocentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e três mil reais), a qual foi liquidada na data da assinatura do contrato, em 05 de setembro de 2019, reajustado pelo IPCA-IBGE).

Ainda, conforme estipulado em edital do Leilão referente a Concessão aeroportuária, houve indenização a INFRAERO, referente ao custeio de programas de adequação do efetivo, no valor de R\$85.526 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil reais).

A Concessionária se obriga a pagar à União, mediante depósito ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, a contribuição variável. A primeira Contribuição Variável terá como base a receita bruta referente ao quinto ano-calendário completo da concessão, contado a partir da Data de Eficácia, seguindo, a partir de então, as alíquotas e periodicidades, a considerar: (a) Quinto ano: 1,77%; (b) Sexto ano: 3,54%; (c) Sétimo ano: 5,31%; (d) Oitavo ano: 7,08%; (e) Até o final da Concessão: 8,85%. O pagamento da contribuição variável se dará no momento da apresentação das demonstrações financeiras.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Concessionária.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Impactos da COVID-19

O ano de 2021 foi de retomada da economia depois dos significativos impactos da pandemia em 2020 e seus reflexos ainda em 2021. Muitos movimentos foram realizados pela Companhia para tentar adequar-se ao novo momento vivenciado. A racionalização da estrutura, centralização de atividades, renegociações de contratos, foram ações realizadas para readequar os custos, mantendo sempre a qualidade na prestação dos nossos serviços e trazendo segurança no enfrentamento das novas ondas de COVID-19 que impôs, novamente, desafios com a queda de movimento e de receita.

Pautada em três pilares como o desenvolvimento logístico e de tráfego, diversificação de receita e qualidade e experiência incríveis para passageiros e visitantes a Companhia conseguiu melhorar seu índice de vacância no aeroporto de Vitória chegando a 82% de ocupação em dezembro de 2021, um crescimento de 60% em comparação ao mesmo período de 2020.

Já o tráfego em dezembro 2021 contou com uma recuperação de 86% no número de voos, quando comparados como o mesmo período de 2019.

b) Projeto de ampliação aeroporto Macaé

O cronograma aprovado pela ANAC, por meio do Ofício nº 5/2021/GTIS/SRA-ANAC em 11 de janeiro de 2021 com a proposta de datas e execução por parte da Concessionária foi cumprido durante o decorrer de 2021.

No segundo semestre de 2021 a Companhia iniciou o processo de contratação para as obras de ampliação e construção do aeroporto de Macaé/RJ. Em dezembro foi iniciada a equalização técnica das propostas apresentadas. No primeiro trimestre de 2022 serão apresentados os resultados para tomada de decisão do vencedor do processo, contratação da construtora responsável pela obra e previsão de início das obras. Ao decorrer do mesmo ano, será executado cronograma de obras e demais itens pertinentes à implantação das adequações regulatórias necessárias. A previsão de entrega segue o cronograma do contrato de concessão, com previsão de entregas iniciais no primeiro semestre de 2023.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 01 de fevereiro de 2022.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo exercício apresentado nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com pagamentos em atraso e em montante considerado suficiente pela administração para suprir eventuais perdas na realização desses créditos.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil do bem, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	20
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Ferramentas e aparelhos	10
Instalações	10

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado.

e) Intangível

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Direito de concessão

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. A amortização desse direito é calculada com base na curva de passageiros esperada ao longo do contrato de concessão do aeroporto, sendo atualizada anualmente.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Intangível--Continuação

Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e do novo terminal em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Reconhecimento de receita de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Intangível--Continuação

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o CPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela vida útil e curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros (*workload unit - WLU*) projetadas até o final do prazo de concessão e atualizada anualmente.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Intangível--Continuação

Softwares--Continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

g) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há instrumentos financeiros derivativos.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
 - A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e
- (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
- (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros da Companhia correspondem a fornecedores, outras obrigações, impostos a pagar e empréstimos e financiamentos. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

h) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de:

i) *Receitas tarifárias*

A Concessionária obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Capítulo 2 (seção IV) do contrato de concessão, iniciando a partir do quinto ano, através de taxas progressivas.

A Concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Reconhecimento de receita--Continuação

i) *Receitas tarifárias*--Continuação

Destacam-se as seguintes receitas tarifárias:

a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados dos passageiros e repassados pelas companhias aéreas referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações, e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso.

d) Tarifa de armazenagem e capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

ii) *Receitas não tarifárias*

A Companhia também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamento e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Os preços estipulados nos contratos relativos à receita não tarifária não são regidos por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Reconhecimento de receita--Continuação

iii) *Receita de construção*

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A administração da Companhia, através de estudo realizado não identificou margem de lucro nesta operação.

iv) *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)--Continuação

i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*--Continuação

Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii) *Ativos não financeiros*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)--Continuação

ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

j) Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

l) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

m) Demonstrações do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

o) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com os impostos compreendem as parcelas correntes e diferidas. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à: combinação de negócios, diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, ação baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Impostos sobre serviços prestados

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços prestados, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços prestados;

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial;
- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS): Município de Vitória 5% e Macaé 2%.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

p) Impostos sobre serviços prestados--Continuação

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

q) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021--Continuação

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da companhia.

r) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Com relação as alterações emitidas pelo IASB para o IAS 8, no qual introduz a definição de estimativa contábeis. As alterações elucidam a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Ainda abordam como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A Companhia optou em não adotar a norma antecipadamente.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações emitidas pelo IASB em fevereiro de 2021 sobre o IAS1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, fornecendo guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia optou em não adotar as alterações antecipadamente.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	34.385	20.465
Contas a receber de clientes	14.013	10.763
Fornecedores	8.727	4.981
Empréstimos e financiamentos	9.232	7.860
Partes relacionadas	667	533

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

i) Risco de crédito

Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros--Continuação

ii) Risco de gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou nenhuma distribuição de dividendos.

iii) Risco de liquidez

Representa o risco de a Concessionária não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados periodicamente pelo departamento Financeiro. O excedente de caixa disponível pela Concessionária é investido em aplicações financeiras.

iv) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: decorrente da parcela da dívida referenciada ao IPCA/IBGE relativo à concessão a pagar, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável na inflação.

Risco de taxas de câmbio: possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas.

v) Risco regulatório

As tarifas aeroportuárias utilizadas pela Concessionária são reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e bancos	7.499	3.029
Aplicações financeiras	26.886	17.436
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>34.385</u>	<u>20.465</u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre 101,25% a 106%, mantendo-se o mesmo de 31 de dezembro de 2020.

6. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber		
Tarifária	5.892	4.180
Não tarifária	7.133	9.143
Linearização contratos - IFRS 16	2.933	2.390
Provisão para devedores duvidosos	(1.945)	(4.950)
Total de contas a receber	<u>14.013</u>	<u>10.763</u>

Contas a receber líquidas por vencimento

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer	13.780	9.524
Vencidos:		
Até 30 dias	577	596
De 30 à 60 dias	114	15
De 60 à 90 dias	36	24
De 90 à 120 dias	58	79
De 120 à 150 dias	33	229
De 150 à 180 dias	10	274
Acima de 180 dias	1.350	4.972
Total	<u>15.958</u>	<u>15.713</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	(4.950)	-
Adições	(3.362)	(4.950)
Reversão	6.367	-
Saldo no final do exercício	<u>(1.945)</u>	<u>(4.950)</u>

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

A Companhia realiza a linearização dos contratos de cessão de espaço precificados com valor mínimo, conforme IFRS 16 / CPC 06 (R2). Devido aos impactos do COVID-19 na operação dos cessionários, a Companhia concedeu descontos para determinadas operações nos valores contratuais previstos de pagamento de aluguel mínimo. Tais descontos passaram a ser linearizados pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia possui em 2021 o valor de R\$ 2.933 relativos à equalização dos contratos e abonos em 2021. Em 2020 o valor linearizado dos contratos era de R\$ 2.390.

7. Tributos a recuperar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos a recuperar		
PIS e COFINS a recuperar	1.275	9
IRPJ e CSLL a recuperar	6	1.498
IRRF a recuperar	239	219
Total de tributos a recuperar	<u>1.520</u>	<u>1.726</u>

O montante de tributos a recuperar se refere principalmente ao crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos, que são compensados a partir da amortização dos bens realizada pela curva de demanda.

8. Despesas antecipadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas antecipadas		
Seguros a apropriar	1.298	1.225
Demais despesas pagas antecipadamente	111	
Total despesas antecipadas	<u>1.409</u>	<u>1.225</u>
Circulante	1.399	1.204
Não circulante	10	21

9. Outros créditos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros créditos		
Adiantamentos a fornecedores	66	33
Material de consumo	283	-
Material em trânsito	6	-
Total outros créditos	<u>355</u>	<u>33</u>

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

a) Composição

	2021			
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	23	(8)	15
Móveis e utensílios	10	207	(7)	200
Equipamentos de informática	20	620	(251)	369
Outros	10	12	(2)	10
		862	(268)	594

	2020			
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	20	(4)	16
Móveis e utensílios	10	4	-	4
Equipamentos de informática	20	581	(131)	450
Ferramentas e aparelhos	10	5	-	5
Instalações	10	7	(1)	6
		617	(136)	481

b) Movimentação do ativo imobilizado

	2021				
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16	4	450	11	481
Adições	3	203	54	-	260
Baixas	-	-	(15)	-	(15)
Depreciação	(4)	(7)	(120)	(1)	(132)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15	200	369	10	594
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Custo	23	207	620	12	862
Depreciação acumulada	(8)	(7)	(251)	(2)	(268)
Saldo contábil líquido	15	200	369	10	594

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

b) Movimentação do ativo intangível

	2021					Total
	Direito de outorga	Softwares de uso	Marcas e patentes	Intangível em serviço	Intangível em andamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	438.501	3.001	262	96.014	3.534	541.312
Adições	-	108	1	965	15.729	16.803
Baixas	-	(468)	-	(20)	(215)	(703)
Amortização	(4.296)	(744)	-	(1.381)	-	(6.421)
Reclassificações	-	291	-	4.562	(4.853)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	434.205	2.188	263	100.140	14.195	550.991
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Custo	440.943	3.494	263	105.799	14.195	564.694
Amortização acumulada	(6.738)	(1.306)	-	(5.659)	-	(13.703)
Saldo contábil líquido	434.205	2.188	263	100.140	14.195	550.991
	2020					
	Direito de outorga	Softwares de uso	Marcas e patentes	Intangível em serviço	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	440.933	1.220	241	100.340	-	542.734
Adições	-	2.539	12	1.549	13.129	17.229
Baixas	-	(228)	-	(10.925)	-	(11.153)
Amortização	(2.432)	(554)	-	(4.279)	-	(7.265)
Transferências	-	24	9	9.329	(9.595)	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	438.501	3.001	262	96.014	3.534	541.312
Saldo em 31 de dezembro de 2020						
Custo	440.943	3.563	262	100.293	3.534	548.595
Amortização acumulada	(2.442)	(562)	-	(4.279)	-	(7.283)
Saldo contábil líquido	438.501	3.001	262	96.014	3.534	541.312

A Companhia reconheceu em seu ativo intangível a outorga decorrente a oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$440.943 e sua respectiva amortização.

A curva de amortização do direito de outorga é baseada na curva de movimentação de passageiros (workload unit - WLU), projetadas até o final da concessão com base no plano de negócios da concessão.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

b) Movimentação do ativo intangível--Continuação

Teste do valor recuperável

Com base no CPC 01, a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2021. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (carrying amount), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual dos aeroportos de Vitória e Macaé. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Não obstante, em 31 de dezembro de 2021, o saldo contábil das capitalizações no ativo intangível era inferior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, o que indica que não há perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, dispensando a necessidade de qualquer ajuste.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.

Saldo do ativo intangível (Carrying Amount)

O saldo do ativo intangível utilizado está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Concessionária até 31 de dezembro de 2021. A maior parte do valor capitalizado diz respeito ao valor presente da Outorga Fixa, que atesta o direito da Concessionária em explorar a Concessão, e dos valores de investimentos, dispendidos pela Concessionária a fim de reformar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de seu plano de negócios.

A seguir, elucida-se a metodologia para cálculo do fluxo de atividades operacionais:

Projeção do fluxo de caixa operacional

Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2022 e outubro de 2049, último exercício da Concessão, adotou-se melhores práticas para projeção de receitas da unidade geradora de caixa da Companhia, divididas em receitas tarifárias e receitas não tarifárias. Inicialmente considerou-se a atual infraestrutura dos aeroportos de Vitória e Macaé e para as projeções a partir de outubro de 2024 foi considerada a estrutura da nova pista no aeroporto de Macaé.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

b) Movimentação do ativo intangível--Continuação

Projeção do fluxo de caixa operacional--Continuação

Receitas--Continuação

Desse modo, a projeção de demanda de passageiros e aeronaves, constantes da unidade Terminal de Passageiros, se estabiliza assim que se alcança a capacidade operacional máxima do terminal e sistema de pistas. As receitas auferidas nesta unidade provêm das tarifas reguladas conforme estabelecido do Contrato de Concessão.

Já no caso de negócios comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as premissas contratuais atuais, que crescem de acordo com o crescimento da demanda.

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem aventar a possibilidade de a Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento.

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2021 e os créditos a obter com a operação dos aeroportos ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, conforme já dito, a demanda ficou estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

b) Movimentação do ativo intangível--Continuação

Projeção do fluxo de caixa operacional--Continuação

Valor presente e taxa de desconto

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, conforme premissas apresentadas acima, fez-se o desconto desse a valor presente através da utilização de uma taxa de desconto. A data-base utilizada foi de dezembro de 2021, uma vez que o teste de recuperabilidade foi elaborado sobre o ativo intangível de mesma data.

A taxa de desconto respeitou a metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

12. Contrato de concessão

a) Repasses e taxas aeroportuárias

A Companhia realiza o repasse do valor cobrado sobre os voos internacionais, conforme peso e distância percorrida pela aeronave, neste caso repassado para o Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Repasses e taxas aeroportuárias		
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA	<u>17</u>	<u>5</u>
Total de repasses e taxas aeroportuárias	<u>17</u>	<u>5</u>

b) Reequilíbrio econômico-financeiro

Diante do cenário do COVID-19 e seus impactos no exercício de 2020 e 2021 a Companhia entrou junto a ANAC com o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão nº. 003/ANAC/2019 – Sudeste para o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro dos prejuízos causados pela pandemia do COVID-19 do período entre março e dezembro de 2020. O pleito está em negociação junto a ANAC e sua decisão deve ocorrer ainda no 1º trimestre de 2022.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

13. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores		
Fornecedores gerais	5.791	4.564
Provisões de contas a pagar	2.936	417
Total de fornecedores	<u>8.727</u>	<u>4.981</u>

As provisões de contas a pagar, no momento de R\$2.936 em 31 de dezembro de 2021, referem-se a serviços prestados durante o exercício de 2021, conforme contratos firmados com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício.

14. Empréstimos e financiamentos

Em 28 de abril de 2020, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para obtenção de linha de crédito no valor de R\$550.000, divididos entre os sub crédito - A (R\$350.000) e sub crédito - B (R\$200.000). A Companhia realizou um único desembolso que ocorreu em outubro de 2020 no montante de R\$13.125 referente ao sub crédito - A.

A remuneração deste contrato envolve a taxa de juros de 5,76% ao ano para o sub crédito - A e taxa de juros de 5,78% ao ano para o sub crédito - B, ambos acrescidos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A parcela da taxa de juros incidirá sobre o saldo devedor e será exigível da seguinte forma:

- (i) Sub crédito A: trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro de cada ano, e mensalmente, a partir do dia 15 de julho de 2025, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal;
- (ii) Sub crédito B: trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro de cada ano, e mensalmente, a partir do dia 15 de setembro de 2027, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal.

A liquidação das amortizações está apresentada a seguir:

- (i) Sub crédito A: em 227 (duzentas e vinte e sete) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2025;
- (ii) Sub crédito B: em 201 (duzentas e uma) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de setembro de 2027.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Composição da dívida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos, financiamento		
Empréstimos BNDES	<u>9.232</u>	7.860
Total de empréstimos, financiamento	<u>9.232</u>	<u>7.860</u>
Circulante	<u>110</u>	7.860
Não circulante	<u>9122</u>	-

b) Movimento da dívida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	<u>7.860</u>	-
Captações	-	13.125
Pagamentos de juros e encargos	<u>(794)</u>	(74)
Apropriação de juros e atualizações	<u>808</u>	171
Atualização monetária	<u>1.433</u>	265
Custos de transação a amortizar	<u>(75)</u>	(5.627)
Saldo no final do exercício	<u>9.232</u>	<u>7.860</u>

O contrato de empréstimo realizado junto ao BNDES possui cláusula de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), conforme apresentadas a seguir:

- (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") maior ou igual a 1,3 (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (EBITDA - Pagamento de IR e CSLL/Serviço da dívida (BNDES + Outros Credores));
- (ii) Manter o índice de capitalização Patrimônio Líquido sobre Ativo Total ("PL/AT") maior ou igual a 20% (vinte por cento).

Até o atingimento do Completion / conclusão física do projeto e desde que atingidos os índices financeiros no exercício financeiro imediatamente anterior, reserva-se ao BNDES o direito de requerer reavaliação dos bens gravados, o que se dará por meio da apresentação anual do relatório de atingimento dos índices financeiros (ICSD e PL/AT), havendo ocorrido depreciação da garantia, esta deverá ser reforçada por meio:

- (i) Da vedação integral à distribuição de dividendos e/ou quaisquer pagamentos ao acionista;
- (ii) Do bloqueio da integralidade dos direitos cedidos na conta bloqueio, em caso de ICSD inferior a 1,2, na forma do Contrato de Cessão e Administração;

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Movimento da dívida--Continuação

- (iii) Da aceleração da liquidação da dívida, em caso de ICSD inferior a 1,1, mediante o pagamento de prestações de amortização de principal com os recursos constantes da conta bloqueio até que o ICSD atinja 1,3, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do ano anterior, e ajustado de forma a considerar o Serviço da Dívida após as amortizações realizadas pela aceleração da dívida.

Em 2020 a Companhia encerrou o exercício com o ICSD negativo de 14,36, recebendo em 2021 o waiver do BNDES comunicando que não serão aplicadas as penalidades previstas na cláusula sétima (garantia da operação), parágrafo primeiro, do contrato de financiamento, em virtude do não atingimento do *covenant* de ICSD no exercício de 2020. Assim, a Companhia realizou a reclassificação da dívida para o não circulante.

Para o exercício de 2021 a Companhia apresentou um ICSD positivo de 33,98, em 2020 o indicador apurado foi negativo de 14,36 conforme demonstrado abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
a. EBITDA	30.741	411
b. Pagamentos IR/CS	(3.761)	(1.473)
c. Basis for calculation (a-b)	26.980	(1.062)
d. Debt service	794	74
e. DSCR (c/d)	33,98	(14,36)

O valor informado de R\$ 3.761 na linha pagamentos IR/CS referem-se aos valores desembolsados referentes as competências janeiro a novembro de 2021 que tiveram seus respectivos pagamentos dentro do exercício de 2021.

Em 2021 a Companhia apresentou o cálculo do Equity de 95%, em 2020 o indicador apurado foi de 97% conforme demonstrado abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
a. Ativo	603.267	579.219
b. Patrimônio Líquido	575.869	561.258
c. % of Equity > 20% (b/a)	95%	97%

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Obrigações sociais e trabalhistas		
Salários a pagar	-	3
Encargos a recolher	114	265
Participação nos lucros e resultados	372	987
Provisão de férias	585	1.050
Total de obrigações sociais e trabalhistas	<u>1.071</u>	<u>2.305</u>

16. Tributos a recolher

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos a recolher		
IRPJ a Recolher	503	-
IRRF a recolher	90	174
CSLL a recolher	215	-
CSRF a recolher	115	185
PIS e COFINS a recolher	1.363	824
PIS e COFINS diferido	271	221
INSS retido a recolher	119	122
ISS a recolher	531	275
Total de tributos a recolher	<u>3.207</u>	<u>1.801</u>

A Companhia possui mandado de segurança nº 5015465-03.2020.4.02.5001/ES emitido pela Justiça federal em 3 de novembro de 2020 favorável a exclusão do ISSQN da base de cálculo do PIS e COFINS, iniciando o cálculo a partir da apuração de novembro de 2020.

O valor de PIS e COFINS a recolher é composto pelo saldo a pagar da competência dezembro de 2021 e as provisões de impostos realizadas referente a exclusão do ISSQN da base de cálculo do PIS e COFINS e receita da competência de dezembro de 2021.

17. Partes relacionadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Partes relacionadas		
Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis	667	533
Total de partes relacionadas	<u>667</u>	<u>533</u>

A Companhia firmou contrato de rateio de despesas relacionadas a despesas de funcionários em cargos de gestão que prestam serviços para a Companhia administrada pelo Grupo Zurich Brasil, Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis. Em 31 de dezembro de 2021 o valor a pagar entre as partes era de R\$ 667, sendo R\$ 533 em dezembro de 2020.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

18. Outros passivos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros passivos		
Cauções em garantia	115	89
Adiantamento de clientes	607	387
Obrigações seguradoras a pagar	1.188	-
Total de outros passivos	<u>1.910</u>	<u>476</u>

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil junto a Mapfre Seguradora com seu pagamento previsto em quatro parcelas, sendo a última em março de 2022. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar relativos a obrigações com seguradoras estava registrado em Fornecedores.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Concessionária, em 31 de dezembro de 2021, está representado por 593.908.620 (quinhentas e noventa e três milhões, novecentas e oito mil, seiscentas e vinte) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Foram subscritos um montante de R\$ 593.909 tendo sido R\$ 571.001 integralizado e o montante remanescente de R\$ 22.908 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2024.

b) Reserva de lucros

Reserva Legal: A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme legislação societária e estatuto social vigentes. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. Ao final do exercício de 31 de dezembro de 2021, foi constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido no valor de R\$ 319.

Reserva de lucro a realizar: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. A Companhia manteve em reserva de lucro o valor de R\$ 4.549, saldo remanescente após todas as destinações obrigatórias do lucro do exercício.

c) Dividendos

A Companhia realizou o reconhecimento de dividendos a pagar no valor de R\$ 1.516, conforme percentual de 25% obrigatório, apurados com base no lucro do exercício de 2021, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos--Continuação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
a. Lucro do exercício	16.127	-
b. Prejuízo acumulado	(9.743)	-
c. Reserva legal	(319)	-
d. Base de cálculo do dividendo mínimo (a-b-c)	6.065	-
	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendos mínimo obrigatório – passivo	1.516	-

20. Receitas operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta tarifária	51.094	39.530
Receita bruta não tarifária	41.247	28.240
Receita linearização contratos - IFRS 16	2.759	2.390
Receita de construção - OCPC 05	8.965	3.061
Impostos sobre vendas	(11.187)	(8.307)
Devoluções e cancelamentos	(415)	(1)
Abonos linearizados	(2.215)	-
Total receita operacional líquida	90.248	64.913

Foram reconhecidos na linha de abonos linearizado os valores dos descontos concedidos relativos ao Covid-19 aos cessionários linearizados pelo prazo remanescente de cada contrato, conforme previsto pela IRFS 16 / CPC 06 (R2).

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

21. Custos de serviço e despesas gerais e administrativas

A Concessionária optou por apresentar a demonstração do resultado por função em 2021. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo de construção	(8.965)	(3.061)
Salários, encargos e benefícios	(15.240)	(17.113)
Depreciação e amortização	(6.553)	(7.392)
Serviços de terceiros	(18.114)	(20.596)
Manutenção	(7.478)	(8.377)
Utilidades e serviços	(6.929)	(7.867)
Material de uso e consumo	(120)	(284)
Outros custos	(3.285)	(2.040)
Despesas com vendas	(1.901)	(309)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	3.005	(4.950)
Outras receitas/despesas operacionais	(480)	-
	<u>(66.060)</u>	<u>(71.989)</u>
Custos dos serviços prestados	(54.474)	(54.185)
Despesas comerciais	1.104	(5.259)
Despesas administrativas e gerais	(12.210)	(12.640)
Outras receitas/despesas operacionais	(480)	95
Total	<u>(66.060)</u>	<u>(71.989)</u>

(i) O valor de provisão para devedores duvidosos apresentado de R\$ 3.005 positivo refere-se a reversão realizada em 2021 dos títulos que estavam reconhecidos em PDD, decorrente do trabalho de recuperação dos títulos realizado pela Companhia com o intuito de gerar folego ao fluxo de caixa. Por conta deste fato, a linha de Despesas comerciais teve o resultado líquido credor em 2021.

O valor apresentado na linha de outras receitas e despesas operacionais é composto:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ganho na venda de ativo intangível	-	33
Receitas eventuais	57	55
Outras receitas/despesas	(537)	7
Total outras receitas/despesas operacionais	<u>(480)</u>	<u>95</u>

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

22. Resultado financeiro líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	1.040	437
Descontos obtidos	60	5
Juros ativos	304	146
Variação cambial ativa	26	42
Total receitas financeiras	<u>1.430</u>	<u>630</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(161)	(167)
Variação cambial passiva	(102)	(12)
Impostos sobre operações financeiras	(151)	(114)
Total despesas financeiras	<u>(414)</u>	<u>(293)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.016</u>	<u>337</u>

23. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	-	1.952
Diferenças temporárias	1.786	2.160
Diferenças capitalização empréstimos	(897)	(160)
Diferenças de taxa de amortização	(1.035)	-
Diferenças linearização - IFRS 16	(905)	(738)
Total de impostos diferidos	<u>(1.051)</u>	<u>3.214</u>

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	25.204	(6.644)
Alíquota nominal - lucro real	34%	34%
Tributos apurados pela alíquota vigente	(8.569)	2.259
Efeitos fiscais sobre as adições e exclusões permanentes:		
Brindes	(17)	(5)
Despesas indedutíveis	(27)	(11)
Perdas	(646)	(106)
Outros	182	(2)
Imposto de renda e contribuição social	(9.077)	2.135
Alíquota efetiva	36%	32%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.812)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.265)	2.135

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social, diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

24. Provisão para contingência

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, e de riscos fiscais. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui provisões constituídas para causas prováveis, mas há causas classificadas como possíveis em de natureza trabalhista em R\$ 11. Em dezembro de 2020 não existem causas dessa natureza.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

25. Lucro (prejuízo) básico diluído por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	16.127	(4.509)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	593.909	593.909
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R\$	<u>0,03</u>	<u>(0,01)</u>

26. Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou certas transações que impactam os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo sumariadas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Transações que não afetam o caixa		
Dividendos a pagar	1.516	-
Total de transações que não afetam o caixa	<u>1.516</u>	<u>-</u>

27. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado as coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Garantia de execução contratual: assegura o cumprimento das obrigações descritas no contrato.

Risco operacional: garante cobertura contra perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados.

D&O: garante o pagamento de indenização, a título de perdas, devida a terceiros por conselheiros, diretores e/ou administradores, decorrente de uma reclamação ou pela sociedade, decorrente exclusivamente de uma reclamação de mercado de capitais.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

27. Cobertura de seguros--Continuação

Veículos: coberturas sobre os prejuízos causados por danos materiais ou corporais a terceiros.

Tipos de seguros	Importância segurada (R\$ mil)	Prazo de vigência
Seguro Garantia	697	01/01/2021 a 31/12/2023
Risco Operacional	343.648	01/10/2021 a 01/10/2022
Garantia de execução contratual	48.573	14/08/2021 a 14/08/2022
D & O	40.000	13/11/2021 a 13/11/2022
Veículos - Operacional	500	26/02/2021 a 26/02/2022
Risco de Engenharia	2.500	01/06/2021 a 03/10/2022

Tipos de seguros	Importância segurada (USD mil)	Prazo de vigência
Responsabilidade Civil	500.000	01/10/2021 a 01/10/2022

28. Eventos subsequentes

Os Administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Entretanto, informam que:

- Em 06 de janeiro de 2022 a Companhia tomou conhecimento da inscrição em dívida ativa relativas a cobranças de IPTU e outras taxas das competências de 2020 e 2021, no valor total estimado de R\$ 47.793, classificado como causa remota por nossos assessores jurídicos. Este tema será acompanhado no decorrer do exercício de 2022.